

**A REGIÃO DE ARARAQUARA E A CONSTITUIÇÃO DO LOCAL: EXPERIÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DO SAI – SISTEMA AGROINDUSTRIAL INTEGRADO**

Ricardo Sapia CAMPOS<sup>1</sup>

**RESUMO:** A pesquisa busca mapear e entender o SAI - Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE, programa tópico direcionado á pequenos e médios “empreendedores rurais”. A política do SAI busca resultados direcionados objetivando qualificar os agentes produtivos (pequenos proprietários) para um “mercado em construção”. Destaco no estudo o “local da produção”, como ambiente constituinte apresentando características produtivas próprias e definidoras deste local e do agente produtivo. Busco entender o local (região de Araraquara) como ambiente tópico de um tipo de agricultura “alternativa”, e que em principio é “paralela” ao grande modelo hegemônico de economia de escala, monocultora e concentradora, que na região é lida como sendo aquela da “indústria canavieira”. Entendo a coexistência destes diferentes modelos como centrais para entender o desenvolvimento do capitalismo, e que trato como “capitalismo cognitivo”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo cognitivo. Desenvolvimento rural. Agentes produtivos. Território da produção e desenvolvimento local.

### **Introdução**

O artigo é parte da pesquisa de pós-doutorado na qual buscava entender o funcionamento do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE e sua aplicação na região de Araraquara quando este ainda se constituía em módulo (**módulo Araraquara**). Portanto, a proposta de um programa como **módulo** e sua aplicação nos dezenove municípios<sup>2</sup> que compunham este quadrante compõe o projeto de estudo elaborado entre os anos de 2006 e 2007, sendo que a pesquisa, e, portanto, todas as referências se reportam a 2008, quando realizamos o trabalho de campo.

O material e as estatísticas utilizadas para elaboração deste artigo, bem como os resultados de pesquisa, são extraídos do trabalho de campo com aplicação de questionário, e da posterior quantificação de dados que realizamos. Foram aplicados cinco questionários em cada um dos dezenove municípios que compunham o módulo Araraquara.

---

<sup>1</sup> UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia. Araraquara – SP - Brasil. 14.800-901 - sapiacampos@yahoo.com

<sup>2</sup> Os municípios que compunham o “módulo Araraquara”: Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiju.

O artigo busca definir ou entender a chamada “região de Araraquara”, como “local da produção”, ou seja, as características internas que definem e singularizam este local sobre o viés de uma definição institucional, mas principalmente seus fatores constitutivos ou constituintes. Na complexidade do trabalho a definição e compreensão “do local” são necessárias para entender as políticas do SAI e sua forma de atuação na região e da região comparativamente com outras que o SAI atuou.

Trabalho assim com esta idéia de “micro células” da produção seguindo um caminho que não se identifica com o da antiga hegemonia de Estado que primava sempre pela planificação inclusive e principalmente como condição de implantação e desenvolvimento de políticas públicas. Por isso “micro células” produtivas, busca encontrar as características internas e singulares de um local cada vez mais micro, como uma região, micro-região, bairro, unidade produtiva, etc., para depois fazer o exercício contrário de entender como estas particularidades se articulam com um sistema produtivo mais amplo e até mesmo com o que se pode livremente chamar de globalização. Sendo assim, do local para o global.

A busca por definir e entender a ação do “agente produtivo” é ao mesmo tempo a busca por entender o “local da produção”. A perspectiva é que a ação do agente constrói o local.

### **Região de Araraquara: o “local da produção”**

O primeiro desafio á que me proponho consiste em definir o que é ou então como pode ser caracterizada esta que chamo de “Região de Araraquara”. Poderia mesmo não fazê-lo por se tratar de construção institucional consolidada. Ou então tomar de empréstimo alguma caracterização existente. Todavia a proposta é mesmo de construir ou fazer uma releitura desta região por considerá-la como singular apresentando características e diferenças que não são identificadas e se são seguramente não são discutidas pelas estatísticas e pesquisas que as utilizam. Também considero que um dos objetivos da pesquisa que resultou neste trabalho consistia também em provocar esta indagação sobre a definição da região com suas características e vocação produtiva.

Existem vários caminhos para se entender determinado local ou região bem como as relações sociais cristalizadas neste local. Por agora ocorre lembrar que destes vários se tem como central pelo menos dois. Um deles é a partir das diferenças existentes em determinada

região. O que significa, portanto, que o mais importante é entender todas as relações e particularidades disseminadas no âmbito do território<sup>3</sup> e a partir desta miríade e pluralidade para entender a complexa rede de relações existentes. Por afinidade e filiação a esta primeira perspectiva aponto tratar-se de um caminho árduo e complexo, mas que melhor se aproxima da realidade de fato que pretendemos investigar e entender.

Existe ainda um segundo caminho, que chamo de “igual” e que procura revelar uma identidade local ou regional a partir das igualdades. Busca estabelecer um contexto hegemônico planejado que apesar de insistir no majoritário e nos “índices estatísticos”, despreza, ou então da pouca relevância às diferenças, as pequenas ocorrências, etc. A título de exemplo, acredito que seja este o caso quando se entende a região de Araraquara bem como outras do interior do Estado de São Paulo como territórios ou regiões meramente canavieiros. São majoritariamente canavieiros lembrando que o sucesso de tais atividades depende de complexa rede de relações a qual aponto adiante. Becattini e Zorini (2003) apontam que as áreas com disparidades e conflitos de interesse e que são economicamente e culturalmente heterogêneas, podem, dependendo da relação estabelecida, das redes institucionais criadas, do fluxo de comunicação e de troca de saberes, fazer com que tais conflitos, sejam colocados favoravelmente ao desenvolvimento desta mesma região. Segundo estes autores a interdependência de fenômenos culturais, sociais e econômicos diferentes é mais importante que a planificação e a identificação de homogeneidades. Segundo Becattini (2000) analisando algumas experiências italianas existe um misto de cooperação e competição que faz com que os empreendimentos se utilizem dos espaços abertos pelos grandes aglomerados produtivos. Os grandes aglomerados por sua vez se valem do conhecimento gerado pelas pequenas empresas.

Sendo assim, um dos desafios a que me proponho neste trabalho consiste exatamente em delimitar ou construir “locais”. A construção do local neste ponto se identifica com o que Bourdieu (2003) chamou de “campo”, ou “delimitação do campo de pesquisa”. Campo como local empírico de socialização e campo como espaço simbólico das relações sociais. Mas concebo o campo também como possibilidade aberta, “possibilidades”, digamos, de se definir como local e ao mesmo tempo de se “deslocalizar<sup>4</sup>”. O local ou no mínimo a definição ou

---

<sup>3</sup> Por território entendo a localização – “territorialidade” – donde se cristalizam aspectos complexos atribuídos à definição de “local”. É no território que o local se define.

<sup>4</sup> Um “lugar” que não é meramente espaço, e nem apenas produzido ao longo de determinado tempo pela natureza, ou mesmo pelo homem. Trata-se de “lugares”, de singularidades carregadas de símbolos e significações, carregada de idéias, sentidos e valores. Trata-se, contudo, de um ambiente vivo e dinâmico que é

conceito de local com o qual trabalho se constitui mais numa ampla possibilidade de “devir”<sup>5</sup> do que propriamente numa dada delimitação física ou territorial (DELEUZE; GUATARRI, 1997). Dito de outra maneira, local que se afirma como tal delimitando tanto um espaço físico como uma característica empírica e objetiva, quanto simbólica e subjetiva. Local que apesar de positivamente se afirmar na discriminação acaba por negar a essência da sua própria cristalização. Ou seja, na negação da sua essência ele abre espaço para novas definições, novas características e diversidades locais.

A região de Araraquara é institucionalmente compreendida dentro da antiga divisão agrícola de Ribeirão Preto a qual se destaca como região de vocação agrária<sup>6</sup>. Ainda que marcante a presença do assalariamento rural voltado para os grandes complexos produtivos, principalmente da cana-de-açúcar, a região è apontada como das principais do país em vocação para pequenas empresas agroindustriais. Segundo o cadastro do INCRA (2006), havia só no município de Araraquara, aproximadamente 890 propriedades rurais, sendo que destas 750 tinham uma extensão territorial que variava entre 01 a 50 alqueires. Segundo dados do recente Projeto LUPA 2007/2008: Censo Agropecuário do Estado de São Paulo (2009), são atualmente um mil cento e cinquenta propriedades rurais no município, das quais 47,04% variam entre 10 e 20 hectares, representando um total de 541 propriedades. Um percentual bastante alto se comparada com outras regiões e municípios do Estado (PROJETO LUPA, 2009). Dos resultados do questionário que aplicamos resulta que a maior incidência relativa aponta uma média de tamanho de propriedade para o que definimos como região de Araraquara, ou seja, com os dezenove municípios que a compõe, da ordem de 10 até 50 alqueires. Lembrando que o SEBRAE considera pequeno e micro negócios rurais, ou então micro e pequenas empresas agroindustriais o limite de 10 até 50 hectares micro empresas, e de 50 até 100 hectares de terra pequenas empresas, SEBRAE (2006).

Dois pontos devem ser observados a este respeito. O primeiro deles é a existência na região em questão de dois assentamentos de reforma agrária<sup>7</sup>. Este fator por si só influi para

---

alterado o tempo todo por aqueles que o habitam. O movimento de “deslocalização” consiste na desconstrução que é neste mesmo movimento “construção de local”.

<sup>5</sup> Pensamos o conceito de local como “devir”. Ou seja, uma delimitação localizada de espaço como conceito filosófico de desconstrução, perenidade e mudança constante. Mas o devir, tal qual e concebido pela filosofia, e aqui também, é o “desejo” de tornar-se, de realizações completas da sua essência, de vir a ser aquilo que já é em potencia. Ver DELEUZE; GUATARRI (1997).

<sup>6</sup> Em Parceria firmada recentemente entre o município de Araraquara via prefeitura e universidades italianas preocupadas com o tema do desenvolvimento local, como no caso “100 Città per 100 progetti Italia-Brasile” o estudo de território, demonstra e reforça a “vocação” ou “vocacionalidade” do município para o desenvolvimento produtivo local voltado para o setor tido como agroindustrial.

<sup>7</sup> Trata-se dos Assentamentos: Monte Alegre e Bela Vista do Chibarro.

baixo, ainda que pouco, na média dos tamanhos das propriedades. O segundo fator é que a média serve hegemonicamente para a região ou para a totalidade dos municípios estudados. Sobre este ponto retomaremos adiante apontando os casos de alguns municípios e à fragmentação de propriedades ocorrida principalmente pela divisão na transmissão de herança<sup>8</sup>.

Trabalhar com definição rígida de tamanho de propriedade parece que não ajuda muito uma vez que a relação entre renda e tamanho da propriedade aumenta muito dependendo do tipo de empreendimento. Por exemplo, na pesquisa encontramos caso de propriedades com três hectares, ou então pouco mais de 1,5 alqueires e que tinha renda superior a outras propriedades com até cinquenta hectares. Mas para definição do local ou da região o importante é apontar que houve nos últimos anos crescente diminuição do tamanho das propriedades aumentando por outro lado o número delas conforme apontei acima. Aliás, esta é uma tendência interessante e que caracteriza a geografia agrícola do Estado de São Paulo. O último LUPA de 2007/2008 apresentou dados comparativos com aqueles dos anos de 1995/96 do LUPA anterior. O estudo aponta que houve um aumento significativo do número de propriedades entre um e quinhentos alqueires enquanto as propriedades de quinhentos até dez mil alqueires sofreu significativa diminuição. Interessantemente o maior aumento da ordem de 27,3% no período, foi daquelas propriedades que variam entre cinco e dez alqueires seguida com 24,7% das propriedades que têm entre dez e vinte alqueires. Ocorre que as propriedades entre um e dois alqueires aumentou 27% no período, o maior aumento, praticamente igual àquelas entre cinco e dez alqueires. (PROJETO LUPA, 2009). As propriedades entre cem até duzentos alqueires aumentaram apenas 3,1% e entre duzentos e quinhentos alqueires 2,3%.

Pois bem, o estudo LUPA (2009) constata o aumento do número de propriedades e a diminuição de áreas referente a este aumento, apesar de que houve um pequeno aumento da área total voltada para agricultura na região, da ordem de 2,5%, suspeito das poucas áreas de reserva que ainda restavam no período.

Da pesquisa por amostragem nos dezenove municípios que constituem a “região de Araraquara” a média do tamanho das propriedades reside entre dez e cinquenta alqueires, porém, com grande incidência 24% de propriedades entre 1 e 5 alqueires de terra, e 26% de propriedades entre cinco e dez alqueires.

---

<sup>8</sup> A pesquisa que realizamos sobre e na delimitação da região de Araraquara segundo recorte do SEBRAE aponta que dos 96 questionários aplicados, 43 deles (produtores agrícolas) o que representa 43, 75% do total dizem terem recebido a propriedade em sistema de herança. 36,46% por compra, e apenas 3, 13% possuem em sistema de parceria ou meação.

Interessantemente há o aumento da área plantada em cana, bem como da produção, sendo São Paulo o Estado o maior responsável pela produção de cana para a indústria, mas já apresentando características de “transferibilidade”<sup>9</sup>.

O Estado de São Paulo, em 2006, responde por 60,7% da área total de cana-de-açúcar para indústria no Brasil. Em 2015, esta participação poderá cair para 54,9% devido, principalmente, à maior disponibilidade e ao menor preço da terra em outras regiões. Além disso, poderá contribuir para a maior expansão no centro oeste brasileiro a melhoria da logística de escoamento da produção, com a possível construção por parte da Transpetro de dutos que interligariam o terminal São Simão em Goiás à refinaria de Paulínia e ao terminal de Guararema em São Paulo (TORQUATO, 2006, p.03)

É, portanto, importante considerar estas características do Estado de São Paulo. Um Estado “rico”, conforme é noticiado aos quatro cantos, com monocultura e algumas concentrações de latifúndio, apresentando a melhor logística e desenvolvimento tecnológico do país, e, ao mesmo tempo, com muitas e significativas pequenas propriedades e empresas agrícolas e assim, com vocação produtiva para a agricultura de pequeno porte, ou empresas agrícolas, e até mesmo para “propriedades rurais”.

Considerando a vocação agrícola da região e apontando para a caracterização territorial desta mesma região cristalizada em pequenas propriedades rurais foi que o SAI/SEBRAE buscou atuar principalmente por meio de políticas de capacitação técnica profissional. Sendo assim a caracterização da região de Araraquara ou do chamado “Módulo Araraquara”, para usar a terminologia que o SAI utilizou num primeiro momento é um problema de pesquisa que discutimos concomitantemente ao objetivo mais específico que são os cursos de capacitação e as políticas destes cursos em si.

Pois bem, existe uma consideração a ser feita sobre o fato rapidamente observado na realização da pesquisa, segundo o qual existem “duas regiões” dentro duma só. Diz respeito ao fato de que existe uma região institucional e outra de fato. Claro que não são necessariamente contraditórias valendo apontar que uma nunca corresponde exatamente à outra.

---

<sup>9</sup> Em minha tese de doutorado, apontava o que chamei de “efeito transferibilidade”. Por efeito transferibilidade entendia então (2007) fatores como logística, alto preço da terra em São Paulo comparado a outros estados do país, desgaste natural do solo, custo de mão-de-obra, dentre outros pontos mais localizados que discuti naquele momento, e que apontavam exatamente para este efeito no qual a “geografia da cana”, naturalmente, (sem levar em conta fatores outros previsíveis ou não, como os rearranjos da economia que poderiam impulsionar ou frear este processo), se deslocaria para o centro-oeste e centro norte do país. (CAMPOS, 2007).

Por isso deve-se considerar primeiro que dentre os municípios estudados existem diferenças consideráveis como, por exemplo, se pegarmos a cidade de Dobrada ou Santa Ernestina que tem quase a totalidade de suas áreas ocupadas com cana-de-açúcar, algo em torno de 93%, (PROJETO LUPA, 2009), deixando muito pouco espaço para outros empreendimentos, e desde já apontando que nem mesmo está “hegemonia” canavieira esconde ou anula os poucos núcleos de pequena produção existentes no município conforme constatamos de citrus, leite, horticultura. Caso diferente acontece com o pequeno (6.672,50 hectares, PROJETO LUPA, 2009) e exemplar município de Candido Rodrigues, que apresenta forte vocação para a cultura de citrus, e assim com apenas 44, 80% de sua área agricultável plantada em cultura perene dentre as quais a cana-de-açúcar, ou mesmo Itápolis o grande município do interior paulista em extensão territorial, e que possui apenas 38,63 % em área agricultável plantada em cultura temporária, dentre as quais incluía-se a cana-de-açúcar segundo dados do último LUPA (2009).

A produção de dados estatísticos que realizei traz resultados que coincidem com aqueles do LUPA (2009) apontando para o aumento de pequenos empreendimentos e propriedades na região de Araraquara à exemplo do Estado de São Paulo. Como se sabe este aumento acontece também com relação à área plantada em cana-de-açúcar. Suspeito que existam características internas a este processo de concentração monocultora e da logística para tanto, que abrem possibilidades e transformam a realidade local possibilitando e impulsionando as pequenas empresas agrícolas.

Outro fator que deve ser apontado como indicativo, sem que, contudo, tenha perseguido este viés de estudo, é que cerca de 80% dos entrevistados da região possuem a maior parte de suas propriedades em cana-de-açúcar, indicando que com esta área auferem relativamente menos renda com relação à parte menor da propriedade destinada à policultura ou empreendimento agrícola nos moldes dos que estamos discutindo. Porém, são unânimes em indicar a segurança dada “pela cana”, principalmente quando em relação de arrendamento. Esta é, se pode dizer uma característica da região, mas que ao que penso tem a ver mais com o tipo de atividade e organização do trabalho do que com a região propriamente dita.

Como se sabe a agricultura é um tipo de atividade por excelência dada aos riscos e incertezas. Por mais que a precisão científica, a intervenção e conquistas normalmente atribuídas à sociedade industrial tenham diminuído e minimizadas estes riscos. E, além dos riscos naturais soma-se àqueles ligados a política agrícola, escoamento da produção em se

tratando de produtos perecíveis etc. Por isso tem-se uma hipótese, digamos clássica, atribuída mas mobilizada por Mendola (2006, p.81-86, tradução nossa), segundo a qual:

Os riscos da produção agrícola induzem as famílias de camponeses a serem cautelosas em suas decisões [...] não sendo de se espantar que os agricultores [...] sejam avessos ao risco quando fazem uma escolha de produção. [...] Lipton sustenta que os pequenos agricultores são necessariamente avessos ao risco, sobretudo quando devem decidir com vistas à satisfação das suas necessidades primárias através da produção agrícola, para não cair em condição de indigência. [...] Se pode concluir que os indivíduos são extremamente sensíveis aos incentivos, particularmente em se tratando daqueles que implicam em ganhos imediatos, mais do que grandes ganhos futuros<sup>10</sup>.

Pois bem, esta hipótese caiu como uma luva para o resultado da pesquisa extraída pelo trabalho de campo e produção dos dados estatísticos. Provavelmente se constitui na maior unanimidade de respostas extraídas deste trabalho de investigação. Foram raros casos de empreendimentos e propriedades que não tivessem a característica de possuírem a maior parte da propriedade destinada ao fornecimento de cana-de-açúcar para a indústria, (usinas da região) e a menor porção às “atividades de risco”. Ou pelo menos a considerada pelos entrevistados como sendo atividade de riscos.

### **As micro-células produtivas e o local**

Considero micro células como sendo, grosso modo, cada um dos dezenove municípios que compõe a região de Araraquara. Ou seja, cada um dos municípios estudados e nos quais realizamos trabalho de campo. Claro está que falamos em “grosso modo” haja vista que muitas vezes a área geográfica identificada como micro-célula não corresponde exatamente a constituição formal da delimitação política e territorial de determinado município conforme já havia apontado.

No período de realização deste trabalho de investigação estive bastante ocupado em entender e caracterizar esta região a partir das suas diferenças e não da identificação de

---

<sup>10</sup> Tradução nossa do italiano: “*La rischiosità della produzione agricola induce le famiglie contadine ad essere “caute” nelle proprie decisioni [...] e non é certo sorprendente ipotizzare che gli agricoltori [...] siano avversi al rischio quando compiono una scelta produttiva. [...] Lipton sostiene che il piccoli agricoltori sono necessariamente avversi al rischio in quanto devono essere inanzitutto certi di poter soddisfare i propri bisogni primari attraverso la produzione agricola e non cadere in una condizioni di indigenza. (Lipton, Longhurst, 1989) [...] Si puo concludere che gli individue sono estremamente sensibile alle incentivi, in particolare a quelli che implicano un guadagno mmediato, piuttosto che grandi guadagni futuri [...]*”



igualdades, ou do que elas têm de semelhante. Cabe-me, portanto, apresentar e discutir tais diferenças e a partir destas estabelecer rapidamente um contexto, ou uma definição de “local” ao qual entendo a chamada região de Araraquara.

Por local entendo uma teia complexa de relações e institucionalidades cristalizadas em âmbito local ou regional, definida mais pela identidade e vínculo de relações de maneira ampla e geral, mais propriamente por fatores de ordem: econômica, social, comunitária e político do que pelo aspecto, coincidência física ou geográfica (BECATTINI, 2000).

E para um pouco mais concordando com Becattini e Zorini (2003) sobre a complexidade da definição de “local” penso a região a que se convencionou chamar de “região de Araraquara” como suficientemente ampla e ao mesmo tempo identitária do ponto de vista cultural. Porém, como qualquer outra região, com maior e menor incidência, extremamente complexa do ponto de vista da interdependência das relações de vários níveis e natureza (social, político, econômico, etc.). Concordo, portanto, com os autores (BECATTINI; ZORINI, 2003, p.25, tradução nossa), quando falam em “identidades locais”:

As identidades locais podem ser consideradas como reagrupamento de populações que: a) – Sugerem uma interdependência estreita entre suas atividades econômicas e ecológicas (a parte obviamente os fatores intrinsecamente nacionais ou supranacionais); b)- Consideram conjuntamente indivíduos que, dado o lugar em que vivem e o tipo de vida que levam , e ainda, do trabalho que desenvolvem como atividade principal, reproduzem e desenvolvem as características específicas herdadas de hábitos e práticas sócio- culturais comuns. Desta maneira, reagem ativamente a complexa mudança do mundo; c)- Não dissipam, mas ao contrário conservam ferrenhamente as condições de produções e reproduções do conhecimento tácito legados aos processos produtivos de sucesso localizados nestas áreas, porém bem posicionados na divisão mundial do trabalho.<sup>11</sup>

Conforme aponte, para a caracterização, ou melhor, para a busca de uma caracterização regional considere fatores que definem a região a partir das suas diferenças, ou melhor, a partir das suas características próprias sendo que estas podem, e como tal quase sempre ocorre, por fatores: econômico, social, político, comunitário, geográfico, etc. O que

---

<sup>11</sup> Tradução nossa: *Le identità locali possono essere considerate come raggruppamenti de popolazione che: a) suggeriscono un' interdependenza stretta tra la loro attività economica e la loro ecologia (a parte ovviamente i fattori intrinsecamente nazionali o sopranazionali); b)- considerano congiuntamente individue che, a causa del luogo dove vivono, e del tipo de vita che conducono e del lavoro che fanno in prevalenza, riproducono e sviluppano le specifiche caratteristiche di una comune eredità socio-culturale, reagendo attivamente, beninteso alla evoluzione complessiva del mondo; c)- non dissipano ma, al contrario conservano gelosamente le condizioni di produzione e riproduzione della conoscenza tacita legata ai processi produttivi di successo localizzati nelle loro aree, ma bem posizionati nella divisione mondiale Del lavoro* (BECATTINI, ZORINI, 2003, p.25).

favorece ou não a produção agrícola das pequenas empresas ou propriedades também por diferentes fatores.

Esta perspectiva valoriza o estudo das singularidades, da localização, ou da localização de fatores singulares. Disso resulta que uma micro-célula é um mundo de todo integrado e complexo, sem excessos, ou seja, sem externalidades (KARPIK, 2007). Micro-célula é também a realidade constituinte da região ou da cristalização de aspectos que definem um território produtivo, tendo como referência a delimitação institucional constituída (município, bairro, etc.), porém sem estar presa por esta discriminação. Entendo, portanto, a região de Araraquara como culturalmente homogênea, porém, organicamente, heterogênea, diferente e complexa. Sendo assim no tocante à organização produtiva é terreno privilegiado em conhecimento e complexidades de relações díspares, etc.

Afirmar que determinada região tem ou possui esta ou aquela característica hegemônica pouco ajuda na constatação de fato do conhecimento, e, portanto, da intervenção em determinada realidade. Dizer, por exemplo, que a região de Araraquara “é um mar de cana”, conforme se ouve em congressos e eventos científicos por ai, significa considerar que Itápolis, maior município paulista em concentração de pequenas propriedades agrícolas e pequena produção, sendo também a maior em extensão territorial; Candido Rodrigues, dos melhores IDHs – Índice de Desenvolvimento Humano do país com das também melhores qualidades de vida, analfabetismo zero e maior concentração proporcional viabilizada de pequenas propriedades agrícolas, ou mesmo Borborema com características positivas em índice de desenvolvimento de pequenas propriedades, para não dizer da própria Araraquara com 43,3% da área plantada em cana-de-açúcar, (PROJETO LUPA, 2009) para citar os exemplos mais contundentes, dentre outros municípios, são uns mares de cana. Significa, quando se traça esta característica de uma definição ou identidade produtiva homogenia, planificar normalmente em proveito próprio (de quem fala) uma inverdade ou no melhor dos casos uma desinformação.

Exatamente sobre esta discussão Eli da Veiga (2005) aponta, no tocante às diversidades que comportam determinada região, apresentando o município de Saltinho na região de Piracicaba, também esta “hegemonicamente” canavieira, a qual atribui características e médias que escondem micro realidades que positivamente assustam:

Ótimo exemplo é Saltinho, município de seis mil habitantes vizinhos da famosa Piracicaba. Sua renda per capita não chega a metade da de São Caetano do Sul, mas é a terceira mais alta entre os municípios rurais paulistas. Com esperança de vida acima dos 77 anos, e a mais alta taxa de

alfabetização de adultos dos municípios rurais paulistas. (96%) ele atinge o invejável IDH-M de 0,851, o nono do Estado. [...] Há em Saltinho uma empresa para cada 24 mil habitantes. E 239 das 246 empresas são micro e pequenas. Por isso um sexto dos habitantes tem ocupação formal, dos quais 30% não são empregados. E na agropecuária há outra curiosidade: predominam os sitiantes, apesar de o município estar encravado na imensa mancha canavieira, cercado de usinas. Quase todo o trabalho agrícola permanente é exercido por mão-de-obra familiar (90%), enquanto esta proporção não chega a 50% na maioria dos municípios paulistas. (VEIGA, 2005, p.85).

Pois bem, o caso de Saltinho citado por Eli da Veiga (2005) revela esta dimensão micro e distinta da média ou característica hegemônica, isso a partir de uma realidade concreta sobre a qual constatação de fato “cabe poucos argumentos”. Demonstra ainda que as ditas atividades agrícolas não estão ligadas ao atraso em contraposição às ditas atividades urbano-industriais, conforme se acreditou e infelizmente e de forma maliciosa e intencional ainda é divulgada em alguns meios.

Saltinho ao que parece, a exemplo de Candido Rodrigues, Itápolis na região de Araraquara e uma grande miríade de municípios do interior paulista, demonstra no múnio a importância de estudos a partir das diferenças e não das igualdades.

Atenta-se ainda para o fato de que o índice de desenvolvimento agrícola ligado ao fator ruralidade denota ou aponta que a medida do desenvolvimento, qualidade de vida, distribuição de riqueza e bem estar, não podem ser parametrados pela antiga separação ou divisão entre rural e urbano, e nem mesmo entre o agrícola e industrial. Conforme aponta Abramovay (2003, p.02)

Há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania. A definição do IBGE, para usar a expressão de *Elena Saraceno* (1996/1999), é de natureza residual: as áreas rurais são aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais. O acesso a infra-estrutura e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne “urbana”. Com isso, o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista de maneira distorcida como “urbanização do campo.”

Se os parâmetros são equivocados como coloca o autor, é evidente que as políticas públicas e setoriais, pesquisa implantação de infra-estrutura, tudo acaba sendo, como se sabe, carente, deficitário e residual com relação às cidades e ao meio considerado urbano de maneira geral.

A esta separação soma-se a confusão que se faz com a definição de agricultura, ou agrícola. A este respeito apontam Anania e Tenuta (2008, p.73, tradução nossa):

No passado o espaço rural era sempre visto como residual com relação ao meio urbano. Como área de desfrute identificada com a agricultura, como área inferior e pobre e tendo ainda diante de si a necessidade de tentar um único percurso possível indo do atraso ao desenvolvimento, que, sobretudo no início era visto como desenvolvimento industrial. Hoje é mais comum entender por rural uma área de baixa densidade populacional na qual existe sobretudo o verde. Um território no qual o sistema produtivo agrícola e florestal com a sua pluralidade de funções sociais e econômicas, desempenha agora um papel importante, mas não necessariamente central. Uma área em que estão presentes outras atividades produtivas baseadas em pequenas e médias empresas manufatureiras como a de serviços, que, respeitando, se integram no ambiente natural<sup>12</sup>.

São autores italianos que se referindo as suas realidades contribuem para o entendimento da região em questão. Também no Brasil o meio rural deixa de ser ou pelo menos deixa necessariamente de ser identificado como o local do atraso com relação á cidade que era então identificado com o desenvolvimento industrial.

Quer do ponto de vista do agro-negócio tanto quanto da pequena produção agrícola entendida como pequenas empresas ou propriedades rurais a agricultura ou a produção agrícola deixa de ser identificada com o espaço rural e o rural deixa também de ser entendido como local do atraso. Ainda que mais comum em países desenvolvidos no mais das vezes o rural é visto como ambiente privilegiado de desfrute e de preservação da natureza. O agrícola conforme já se disse quer do ponto de vista do agro-negócio ou então da pequena produção esta muitas vezes ligada a seguimentos e nichos de mercado como culturas alternativas (produtos medicinais, aromáticos, frutas exóticas etc.) produtos orgânicos, com selos de qualidade de produção como o caso do *fair trade*<sup>13</sup>, etc.

---

<sup>12</sup> Tradução nossa: [...] *In passato lo spazio rurale é stato a lungo visto come residuale rispetto a quello urbano, come area di spolamento, identificato con l' agricoltura, come un'area svantaggiata e povera e com davante a sé la necessita di tentare di seguire un unico percorso possibile dall'arretrateza allo sviluppo, che, agli inizi soprattutto, era visto come sviluppo industriale. Oggi, più spesso, per rurale si intende un'area a bassa densità di popolazione in cui vi sai soprattutto presenza di verde, um território in cui il sistema produtivo agrícola e forestale, com la sua pluralità di funzioni sociali ed economiche, riveste un rolo ancora importante ma non necessariamente centrale, un'area in cui sono presenti altre attività produttive basate su piccole e medie imprese, manifatturiere come dei servizi, che si integrano nell'ambiente naturale, rispettandolo* (ANANIA; TENUTA, 2008, p.73).

<sup>13</sup> Movimento internacional surgido em meados da década de 60 promovendo mercados e comércio mais justo entre países, produtores e consumidores. O selo de reconhecimento da rede internacional garante que determinado produto além de saudável foi produzido de forma justa, com justa remuneração da mão-de-obra, produtos orgânicos com preservação do meio ambiente etc.

### Perfil: pequenos proprietários ou empreendedores

Ainda que na pesquisa caiba distinção categórica entre produção familiar e pequenos empreendedores rurais, dada a grande ocorrência do primeiro caso, observo que o foco está voltado para os que na condição de proprietários, arrendatários ou parceiros, têm a posse da terra, ou seja, possuem a terra como condição básica e capital fixo material. Como se sabe esta é inclusive a perspectiva do SAI/SEBRAE que procura trabalhar exatamente este foco: transformar pequenos proprietários rurais em pequenos empreendedores.

Pois bem, por iniciativa empreendedora entendo a ação positivamente coordenada, direcionada para o ato de criar ou empreender um negócio. Trata-se da iniciativa individual ou de um grupo de pessoas em criar alternativas produtivas viáveis ou então buscando viabilizá-las comercialmente pelo mercado constituído ou em formação (VEIGA, 2005). Sendo assim, por empreendedor, entendo aquele que:

[...] consegue articular ponto por ponto as capacidades produtivas de um contexto social [...] Aqui trata-se de um empreendedor ontológico, de um empreendedor total que vela essencialmente pela construção de uma trama produtiva. [...] provavelmente só os encontramos em algumas experiências de comunidades, de coletividades vermelhas – cooperativas, fundamentalmente -, ou ainda em algumas experiências de comunidades brancas, solidaristas: e nesse caso que tivemos exemplo de foco de empreendimento coletivo [...] um sujeito que organiza o conjunto das condições de reprodução da vida e da sociedade, e não somente a “economia”. (NEGRI, 2001, p.35-36).

Negri (2001), fala do que entende por “empreendedor biopolítico”, por isso fala da experiência italiana dos sindicatos brancos e vermelhos respectivamente do *Vêneto* e da *Emilia-Romagna*. O que vale reter é que o conceito de empreendedor num caso e noutro busca estabelecer esta capacidade de articular a trama produtiva, de pensar e intervir neste sentido. Postura essencialmente em contra-posição ao “homem partido”, ou “homem cindido” do período de hegemonia industrial da organização do trabalho.

Ou então:

A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa, ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é (GORZ, 2005, p.23).

O empreendedor é, para nosso trabalho, aquele que reúne numa só pessoa ou grupo organizado por um único interesse a capacidade de pensar – planejar – e executar um projeto produtivo e gerador de renda.

Dentre estes trabalhadores ou empreendedores rurais destaco e descrevo pelo menos três grupos com os quais trabalhei por tê-los identificado e pela ocorrência de casos no curso da pesquisa. Procuo com estes construir uma categoria de análise um pouco mais apurada. A caracterização destes três perfis, para efeito da pesquisa é uma construção minha lembrando que existem casos mais nuançados ou mesclados.

Quanto a estes proprietários ou empreendedores a residirem ou não na propriedade ou empreendimento objeto de pesquisa não foi possível estabelecer grande conexão entre esta variável e o sucesso do empreendimento, e nem mesmo com relação a um “perfil” dentre os três citados, uma vez que 42,71% dos entrevistados apontam residirem na propriedade, contra 57,29% que apontam não morarem na propriedade. Ao que parece existe uma tendência do terceiro grupo que descrevo abaixo de não residirem na propriedade, com relação ao segundo grupo que com maior freqüências residem na propriedade, mas também neste caso a discrepância é mínima não apresentando resultados que mereçam serem comentados. Mas o interessante é que dos que responderam as questões 55,21% apontam nunca terem residido na propriedade. Ou seja, são poucos os que apesar de não residirem na propriedade terem residido algum dia.

O primeiro destes grupos pode ser definido como dos arrendatários, meeiros, ou daqueles que trabalham em sistema de porcentagem<sup>14</sup>. Do que a pesquisa pode revelar este grupo de trabalhadores é o menor ou mais reduzido representando uma fatia ínfima de pouco mais de 2% indicando pouca relevância. Ocorre que quando perguntados ao total de entrevistados, hoje proprietários de pequenas e médias propriedades se já trabalharam sob outro tipo organização de trabalho no meio agrícola, afirmam que sim, dos quais a maioria relativa com relevância de 12,5% dos entrevistados apontarem ter trabalhado no sistema de meação; 9,38% como arrendatários, e apenas 1,04% como assalariados, sendo que 83%

---

<sup>14</sup> Não parece o caso de apresentar a definição de cada um deles dado que a literatura específica não apresenta sobre tal caracterização pontos de divergência. Meeiros ou parceiros são aqueles que não sendo proprietários da terra detêm a posse, e ainda que sob prescrição contratual estejam obrigados à condição avençada do que produzir, têm a liberdade de decisão sobre a melhor maneira de conduzir o processo de trabalho de determinada cultura. A eles cabe todo o trabalho sendo que metade da renda é destinada ao proprietário da terra. Arrendatários são os que pagam valor fixo pelo desfrute da terra, podendo ou não ser exigida contratualmente a cultura a ser explorada. Trabalhadores por porcentagem, dentre os três do que pudemos observar o mais comum, são os que destinam uma porcentagem que sempre varia de caso para caso ou de cultura para o proprietário da terra.

indicam nunca terem trabalhado com outro tipo de relação de trabalho na agricultura senão na atual condição em que respondem ao questionário, ou seja, de proprietários. Interessante notar sobre este ponto que 78,1 % dos entrevistados afirmam que todo o histórico de suas famílias é de agricultores, contra 8,33% que afirmam que o histórico de suas famílias não é de produtores agrícolas, tendo migrado de profissão como renda complementar, hobby, necessidade etc. Em boa parte da literatura sobre os Distritos Industriais italianos (RULLANI, 2004; BAGNASCO, 1988, 1999; BECATTINI, 2000; BECATTINI; ZORINI, 2003) dentre outras, o desenvolvimento local de sociedades rurais tem como fator principal a organização do trabalho autônomo em núcleos de produção agrícola independente da condição de propriedade, mas dependente da organização do trabalho:

O desenvolvimento da pequena empresa requer, no início, pequenas acumulações de capital pelo maior número de empresários potenciais: as famílias de comerciantes, de artesãos e agricultores, descritas anteriormente, permitem essas acumulações iniciais. O mesmo tipo de família e, em geral a comunidade local fornecem também: as capacidades de gestão (mesmo limitadas, são, todavia, difusas), as qualificações técnicas (bastante tradicionais, mas polivalente e difusas), as estruturas relacionais que permitem uma confiança recíproca e um bom clima social. (BAGNASCO, 1999, p.39).

Dentro da realidade estudada, “tradicionalmente” (na formação e ocupação da região até final dos anos 60 e início dos 70), a organização do trabalho é mais devedora da relação de meação e porcentagem do que do assalariamento propriamente dito. Atualmente este tipo de relação de trabalho tem pouca significância e relevância na região, sendo que apenas 3,13% responderão trabalhar neste sistema.

De qualquer maneira a relação de assalariamento não faz parte da formação do histórico agrário da região de Araraquara. O assalariamento é impulsionado principalmente com o desenvolvimento das usinas de álcool e açúcar na década de setenta. Autores como Angeli (2002), e mesmo Bagnasco (1999) a seu modo apontam que no caso do desenvolvimento italiano a meação, (*mezzadria*) é o tipo de organização de trabalho mais perfeito que antecede a relação distrital de desenvolvimento local. Os trabalhadores autônomos, dantes meeiros (*mezzadri*) conseguiram desenvolver capacidade de organização cognitiva e de gestão empresarial, típicas do que se pode entender por ação empreendedora.

Todavia quando são perguntados se já trabalharam nalguma outra relação de trabalho que não na condição de proprietário a maior parte dos entrevistados, geralmente aqueles que receberam a terra na forma de herança e ainda quando não haviam recebido, com apenas a

expectativa de tê-lo apontam que não, que nunca exerceram atividade alguma noutra forma de relação de trabalho. Ou seja, eram proprietários seus pais e em muitos casos seus avôs, mas estes se consideram proprietários mesmo antes da transmissão da herança como se essa fosse um processo quase natural contra a qual não cabe objeção alguma ou reverses como a venda da terra por parte dos descendentes antes da transmissão da propriedade, por exemplo. Tanto que quando perguntados sobre a forma de aquisição da propriedade a maioria 43,75% respondem ter recebido (adquirido) a propriedade como herança, e 36,46% apontam ter adquirido a propriedade na forma de compra.

Ao que os resultados indicam o tipo de relação e organização do trabalho autônomo tanto no caso dos que trabalharam na relação de meação quanto àqueles que o fizeram em propriedade familiar guarda pouca diferença. Ou conforme aponto anteriormente o tipo de organização do trabalho é de fato mais importante que a condição de proprietário da terra ou não<sup>15</sup>.

Há que se considerar então que a pergunta sobre outros tipos de relações de trabalho na agricultura é sobre quem responde e não com relação aos seus ancestrais, pois caso fosse a porcentagem seguramente aumentaria consideravelmente. Tanto é que 69,79% dos entrevistados quando perguntados sobre o vínculo com a produção respondem que sempre trabalharam na agricultura, ou seja, no mesmo tipo de atividade que agora respondem as questões formuladas. Vale notar que a maioria absoluta tem histórico na agricultura, nunca tendo exercido outro tipo de atividade, e que 88,54% apontam serem originários da região nunca tendo residido fora do Estado.

A fragmentação aumentando o número de propriedades e atividades e ao mesmo tempo diminuindo a concentração de terras é uma realidade desde o início do século passado no Estado de São Paulo. “Observou-se um processo de diminuição na área total dos imóveis. No levantamento de 1995/96, a área média era de 72 hectares e o de 2007/08 é de 63 hectares, o que representa um decréscimo de 13%” (PROJETO LUPA, 2009, p.1).

---

<sup>15</sup> Existe uma interessante e ampla discussão sobre a condição de propriedade da terra que procura partir de Hannah Arendt, propondo a terra ou a propriedade da terra em caso de pequenas propriedades rurais, moradias etc, diferentemente da terra ou da propriedade da terra como especulação capitalista em busca do lucro. A terra nas comunidades camponesas tem um efeito material e simbólico ligado a questões vitais e civis (de pertencimento comunitário) sem a qual o camponês não pode viver. Ainda que aqui não estejamos falando propriamente de camponeses há que se considerar o passado recente desta condição dada a própria ocupação da região majoritariamente de imigrantes europeus. Os homens precisam da terra, mas vivem no mundo. Para esta discussão ver Arendt (1987).



Discutimos adiante esta questão apresentando os dados desta fragmentação e aumento de pequenas propriedades, mas vale pontuar por agora que esta característica marca profundamente a geografia agrícola do Estado de São Paulo.

O segundo grupo de trabalhadores o qual buscamos construir um perfil pode ser compreendido como sendo daqueles que por um motivo ou outro iniciaram recentemente atividades no meio rural e que num passado recente não possuíam vínculos de dependência econômica com este tipo de produção. Ou então estavam vinculados de forma secundária, ou seja, esta não era a atividade principal; Ou ainda, no caso de vínculo que de alguma maneira havia se rompido nas últimas gerações, como no caso de filhos e netos de agricultores ou pessoas que viveram em sociedades rurais e que agora voltam a recuperar este histórico. É o caso também em algumas circunstâncias, de pessoas que sempre habitaram os centros urbanos e que partiram em busca de um modo de vida distante das suas realidades uma espécie de experiência lúdica e em certa medida “exótica”. Ainda, “empreendedores” que impulsionados pela possibilidade de ganhos econômicos vão a busca deste tipo de atividade como poderiam ter ido a busca de qualquer outra sem maiores vínculos com a atividade agrícola.

Penso que este segundo grupo de produtores pode ser considerado como típico naquelas atividades econômicas chamadas de “atividades econômicas não agropecuárias” Lupa (2009):

Levantou-se a existência, na UPA, de atividades econômicas rurais, porém sem a característica de agropecuária. Geralmente são atividades que complementam a renda agrícola do produtor, mas que, em alguns casos, respondem integralmente pela sua renda [...] consideram-se as seguintes atividades: a)- esporte e lazer [...] b)- Extração Mineral [...] c)- Hotel Fazenda/Pousada Spa [...]; d)- Agroindústria [...] e)- Pesque-pague [...]; f)- Restaurante/lanchonete [...] g)- Transformação Artesanal [...] h)- Turismo rural/Ecoturismo [...]; i)- Outras (PROJETO LUPA, 2009, p.06).

Identifiquei este segundo grupo com maior ocorrência nestes tipos de atividades como estas descritas pelo último Projeto LUPA (2009). Na pesquisa identifiquei que quando indicam terem aquele tipo de atividade à qual respondem o questionário como atividade complementar, indago por que motivo o fez, a maioria responde ser por hobby, ou então por possibilidades de ganhos extras (a mais do que a atividade principal que é outra). Ainda que quando indicam as facilidades e a genealogia da opção, 78,13% respondem tê-lo feito por vínculo familiar ou pela posse da terra, geralmente transmitida na forma de herança.

As motivações dos agentes ou trabalhadores deste segundo grupo é apresentada sendo difícil traçar uma única instigação. No mais das vezes a qualidade ou “modo de vida” aparecem junto com as possibilidades de ganhos econômicos. O que define este segundo grupo é o fato de terem iniciado recentemente atividades no meio rural sendo que na maioria das vezes, ou quase sempre, a aquisição da propriedade não ocorreu a partir de ganhos provenientes de atividades agrícolas. Também, quase nunca tem na atividade agrícola a principal fonte de renda ou de dependência econômica.

Mas em se tratando do chamado “vínculo tradicional”, este sugere um tipo de produção e conhecimento facilitado ou proporcionado pelo acesso a terra como capital fixo material (WEBER, 1979). Sugere também o conhecimento de como produzir, ou de uma certa “nostalgia” destes ou daqueles produtos ou de como produzi-los que ao que parece caracteriza este segundo grupo. São vínculos que foram rompidos (ou interrompidos), mas que se constituem em memória histórica (também memória afetiva). São pessoas que muitas vezes retornam para os pequenos municípios rurais em busca de um modo de vida e de qualquer forma é preciso considerá-los como produtores-consumidores.

É bem verdade que este segundo grupo em si mereceria uma melhor diferenciação interna uma vez que contém no seu interior uma ampla gama de perfis que não se assemelham tanto a ponto de se constituir num único perfil. Ocorre que este segundo grupo apenas pode ser considerado em relação com o terceiro grupo que descrevo a seguir e para o qual dou maior atenção pelo simples fato de se constituir no maior grupo com maioria absoluta de incidências de casos na região de estudo. De qualquer maneira vale pontuar que este segundo grupo, insistindo em deixar abertas as possibilidades da pesquisa, tem crescido significativamente nos últimos anos Abramovay (2003), e mais do que crescer sugerem e instigam atenção especial pelo simples fato de sustentarem suas posições e ações em motivações de cunho altamente subjetivas (gosto, sentido, estética etc.), diferente do histórico de “satisfação de necessidades objetivas” atribuído ao mundo camponês.

Por fim, este terceiro grupo de trabalhadores como se disse com maior incidência na região de estudo é aqueles que mesmo passando pelos solavancos da formação e transformação da agricultura brasileira, se reproduziram no campo e na maioria dos casos, 43,75% dos entrevistados, apontam ter recebido a terra na forma de herança.

Este terceiro grupo de trabalhadores é definido a partir do fato de terem recebido a terra como herança, ou seja, as atuais propriedades se constituírem em frações de antigas propriedades pertencentes aos pais, avôs e até bisavôs, e também pelo fato de nunca terem

rompido seus vínculos com a agricultura; ainda que este vínculo tenha em muitos casos sido alterado. Aqui, é claro, estão sendo considerados apenas aqueles que já são “proprietários” no momento da aplicação do questionário. Lembrando que em casos que não foram considerados nas estatísticas, a efetiva transmissão da herança ainda não se completou.

A importância e o destaque que damos a este terceiro grupo pode ser justificado em parte pelo fato de sempre possuírem a terra como capital fixo material; por outro dado que sempre de uma forma ou de outra estejam envolvidos com a produção agrícola o que por si só os diferencia dos outros grupos. Este terceiro grupo, pela incidência na região se constitui como sendo a principal chave para entender as características centrais da pequena produção agrícola na região ainda que os outros grupos sejam também considerados.

Os principais motivos que destaco dentre este terceiro grupo de trabalhadores com relação aos demais pode ser compreendido primeiro pelo fato de se reproduzirem, ou então terem se reproduzido como pequenos produtores rurais. A propriedade integral de suas famílias da qual a fração de terra que hoje lhes pertence fazia parte, quase sempre se constituía em pequena ou média propriedade<sup>16</sup>. O que pretendemos demonstrar com isso é que são propriedades originalmente adquiridas por trabalhadores que viviam e se reproduziram na condição de agricultores.

Reproduziram-se como agricultores apesar de por vezes as gerações sucessivas (os membros) terem se qualificado para outras atividades e exercido ou terem exercido atividades urbanas como profissionais livres ou autônomos, funcionários públicos, professores, médicos, advogados, comércio, etc.). Mas mesmo assim diferente do segundo grupo conforme descrevi, estes nunca terem rompido o vínculo ou até a dependência com a terra ou propriedade familiar.

Dada que a maior ocorrência é deste terceiro grupo, pondero, conforme mostrou a pesquisa que a faixa etária incide neste caso entre 45 e 55 anos, com 43,75% dos entrevistados. Diferente daquela do segundo grupo que incide geralmente entre membros com mais de cinquenta e cinco anos em boa medida por grande parte de estes serem aposentados, tendo a atividade como renda complementar ou hobby.

---

<sup>16</sup> É preciso atentar para o fato de que faz pouco mais de meio século a região era completamente fatiada por “pequenas” propriedades, com grande incidência naquelas entre trinta e sessenta alqueires mais ou menos, haja vista que muitos dos lotes de terra disponibilizados para venda no final do século XIX terem esta extensão. Dada a extensão do território aliado ao modelo de desenvolvimento agrário brasileiro podem para o momento serem consideradas pequenas ou no muito médias propriedades.

Ao que parece a idade identifica uma geração que estudou sem sair do campo, ou pelo menos mantendo a propriedade como renda principal ou complementar. A média de escolaridade reside entre aqueles que possuem segundo grau incompleto ainda que 19,79% incida entre os que têm segundo grau completo. Lembrando que 30,21%, a maioria dos entrevistados, responderam possuir primeiro grau completo.

Mas existe uma característica geral entre parte dos pequenos agricultores e no máximo médios proprietários e produtores rurais que parece importante ponderar. Trata-se de características que normalmente escapam às estatísticas e sendo assim passam despercebidos de boa parte da produção teórica e bibliográfica. Muitos destes agricultores se organizam “fora” do fluxo de mercado e consumo, sobrevivendo numa organização econômica marginal ou paralela. Compram e vendem, trocam de maneira geral num mercado que “não existe”, é informal e está fora das estatísticas. Em casos muito específicos apresentam pontos interessantes e positivos, como qualidade de alimentos, noutros absolutamente negativos como, por exemplo, o uso indevido de agrotóxicos, a não atenção ao manejo e questões fito sanitárias, etc.

Isso por que:

As famílias de camponeses se movimentam geralmente em contextos os quais os mercados são imperfeitos ou então são incompletos, e sendo assim funcionam esporadicamente, ou então descolados no espaço e no tempo. [...] mercados imperfeitos e incompletos e instituições fracas, realmente limitam fortemente as escolhas de consumo e produção. (MENDOLA, 2006, p.75-76, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Claro que quando se trata da cana-de-açúcar as possibilidades de serem “paralelos” são poucas, uma vez que o gerenciamento ou apenas o padrão exigido pela indústria (usinas) dificulta esta façanha, que é mais comum em pequenas culturas locais em que a produção também gira mais em âmbito local, ou então é abocanhada por mercados distantes.

São casos de mercado paralelo fora das vistas da vigilância de qualquer espécie e assim são contextos sócios culturais que para bem ou mal são também marginais. A imperfeição do mercado em si também não é positiva ou negativa apesar de que a regulamentação é a única maneira de ter controle sobre a produção. Um mercado imperfeito pode, por exemplo, ser um mercado solidário, ou um espaço de troca de saberes e

---

<sup>17</sup> Tradução nossa: Le famiglie contadine operano generalmente in contesti in cui i mercati sono imperfetti o incompleti, e funzionano sporadicamente o in modo scollegato nello spazio e nel tempo. (...) Mercati imperfetti e incompleti ed istituzioni deboli, infatti, limitano fortemente le scelte di consumo e produzione (MENDOLA, 2006, p.75 -76).

informações privilegiadas para um determinado tipo de produção; mas pode também trocar produtos sem padrões sanitários ou de qualidade, e até produtos ilegais.

Este fator de uma economia paralela ou informal, conforme aponta Soares (2005) sugere a informalidade verificada principalmente neste setor dos pequenos e médios empreendimentos. Este fenômeno é atribuído principalmente às dificuldades dos pequenos e médios empreendedores em responderem a burocracia criada e voltada para facilitar e favorecer os investimentos produtivos de grande porte.

## **Conclusão**

Neste trabalho busquei definir e singularizar a região de Araraquara, ou o que entendo por região de Araraquara no tocante as particularidades internas voltadas para o chamado público alvo de atuação do SAI. Busquei construir um “quadro” deste local (local da produção, da socialização e de um perfil produtivo) a partir dum trabalho empírico, lembrando que este recorte que faço se constitui num esforço de pesquisa, e que, portanto, deve corresponder dalgum modo a realidade local.

Faz parte deste esforço de pesquisa a busca em definir o local não como mero ambiente físico alheio ou separado do agente que constrói este local. Entendemos como resultado do estudo a definição de um local da produção, bem como de mercado, constituição de vocação produtiva, etc., como resultado de atuação do agente produtivo. Por isso a busca em entender quem é este “agente produtivo”.

## ***THE REGION OF ARARAQUARA AND THE LOCAL FORMATION: EXPERIENCE IN RURAL DEVELOPMENT FROM SAI –SISTEMA AGROINDUSTRIAL INTEGRADO (INTEGRATED AGROINDUSTRIAL SYSTEM)***

***ABSTRACT:*** *The research aims to map and understand the SAI- Integrated Agroindustrial System of SEBRAE, topic program directed to small and medium "rural entrepreneurs". The SAI policy seeks targeted result aiming to qualify productive agents (smallholders) to a "mark et under construction". In the study I high light the "production location", as a constituent en vironment with own productive and defining characteristics of this location and of the productive agent. I aim to perceive the location (region of Araraquara) as a topic en vironment of a type of "alternative "agriculture, that in principle is “parallel” to the large hegemonic model of the economies of scale, of monoculture and concentrative, which in the region is taken as that of the "sugarcane industry". I understand the coexistence of these*

*different models as central to understand the development of capitalism, which I treat as "cognitive capitalism".*

**KEYWORDS:** *Cognitive capitalism. Rural development. Productive agents. Production territory and local development.*

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

ANANIA, D. G.; TENUTA, A. Ruralità, Urbanità e ricchezza dei comuni italiani. **Rivista La Questione Agraria**, Milano, n.1, p.71-104, 2008.

ANGELI, L. **Il Ponte**, Roma, Ano 58, n.10-11, out./nov., 2002.

ARENDT, H. **A condição humana**. São Paulo: Ed. Universitária, 1987.

BAGNASCO, A. **La Construzione sociale del Mercato**: studi sulli sviluppo di piccola impresa in Italia. Bolonha: Il Mulino, 1988.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Org.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BECATTINI, G. **Dal distretto industriale allo sviluppo locale**: svolgimento e difesa di uma Idea. Torino: Bollati Boringhieri, 2000.

BECATTINI, G.; ZORINI, L. O. Identità locali rurali e globalizzazioni. **La Questione Agrária**, Milano, n.1, não paginado, 2003.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CAMPOS, R. L. **Qualificação profissional e sindicatos. Entre estado, capital e trabalho**: um estudo de casos no meio rural de Ribeirão Preto. 2007. 180f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Rural, conhecimento e cooperação como força produtiva, **Revista Perspectivas**, São Paulo, v.32, p.161-180, jul/dez 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

INCRA. Relatório de Atividades do INCRA 1995 – 1999. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 30 ago. 2006.

KARPIK, L. **L'Économie des singularités**. Paris: Gallimard, 2007.

MENDOLA, M. Le scelte di produzione delle famiglie contadine: aspetti istituzionali e comportamentali nella teoria econômica. **La Questione Agrária**, Milano, n.2, não paginado, 2006.

NEGRI, A. **Exílio seguido de valor e afeto**. São Paulo: Ed. Iluminarias, 2001.

PROJETO LUPA 2007/2008. Censo agropecuário do estado de São Paulo, São Paulo, IEA, CATI, SAA, 2009.

RULLANI, E. Il valore della conoscenza. **Rivista Economia e Politica Industriale**, Roma, n.82, não paginado, 1994.

RULLANI, E. El capitalismo cognitivo: Un déjavu? In: BLONDEAU, Olivier et al.

**Capitalismo cognitivo, propiedad intelectual y creación coletiva**. Madrid: [s/l], 2004. p.99-128.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Setor de Capacitação, 2006. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/treinamentos.asp>>. Acesso em: 30 ago. 2006.

SOARES, P. Empresa informal tem ¼ dos trabalhadores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 mai. 2005. Folha Dinheiro B, p.01.

TORQUATO, S. A. Cana de açúcar para indústria, o quanto vai precisar crescer. **Revista Análise e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v.1, n.10, out. 2006. Disponível em: <[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/cana\\_industria\\_000f17vggq702wyiv80isprrdnmik1s.pdf](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/cana_industria_000f17vggq702wyiv80isprrdnmik1s.pdf)>. Acesso em: 03 mai. 2005.

VEIGA, J. E. **Do global ao local**. Campinas: Ed. Armazém do Ipê, 2005.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.